

Cassação passará na Mesa do Senado

Brasília - Marcia Gouthier - 18/04/2001

Relator determina início de processo se ACM e Arruda não renunciarem

CARMEN KOZAK

BRASÍLIA - O senador Carlos Wilson (PPS-PE), que será o relator do pedido de abertura do processo de cassação contra Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda na Mesa do Senado, já decidiu que votará pelo início da ação contra os dois. Wilson e os outros seis integrantes da Mesa do Senado decidirão a instalação de fato do processo de cassação, cujo pedido de abertura deve ser aprovado na quarta-feira no Conselho de Ética.

Primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson sofre por antecipação. É amigo de ACM, mas diz que nem por isso deixará de recomendar a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar, na condição de relator da Mesa do Senado. Nas conversas com colegas de partido e dirigentes do Senado, tem dito: "Prefiro não ser o relator, mas, se tiver que ser (no caso de o pefelista não renunciar), cumprirei o meu dever. A instituição é mais importante".

Assim como o presidente nacional do PPS, senador Roberto Freire (PE), Carlos Wilson entende que não há o que tergiversar sobre a quebra de decoro. "A Constituição é que define a cassação como punição para quebra de decoro", tem sustentado nas conversas com senadores. De todo o processo, o pior momento para Carlos Wilson foi a conversa que teve há três dias com ACM.

Segundo relato de um parlamentar do PPS, o líder baiano procurou o amigo, de quem está distanciado há um ano, desde que iniciou a cruzada contra Jader Barbalho (PMDB-PA). ACM re-

clamou do "linchamento" que está sofrendo. ACM chorou e comentou a falta que tem sentido do filho Luís Eduardo, morto em abril de 1998. Carlos Wilson o ouviu. Foi solidário. Mas deixou claro para ACM que não via condições de abrandar a situação.

Há alguns dias, o primeiro-secretário do Senado só tem em mente o que acontecerá semana que vem. Contrário a qualquer acordo interpartidário, Wilson ainda tem esperanças de não ter que dar o voto recomendando a abertura de processo contra ACM. A um colega do PPS, disse que poderá escapar da tarefa se, até a noite de terça-feira, se confirmarem as especulações da renúncia de ACM e de José Roberto Arruda. Nessa hipótese, não haverá reunião do Conselho de Ética. E, sem essa reunião, não há decisão a ser apreciada pela Mesa do Senado.

Mas, se as renúncias não se confirmarem, não se fará de rogado. Muito menos pretende que o relatório do Conselho de Ética fique queimando em suas mãos. Como a maioria dos colegas de Mesa do Senado, defende um rito sumarássimo. Em no máximo 24 horas. Acha que atrasos poderão sugerir a existência de um acordão. O que importaria ainda mais desgastes para a imagem do Senado. Já decidiu que dará seu parecer em poucas horas. Pretende ser econômico e evitará emitir juízo de valor, recomendando apenas que a decisão do Conselho seja acatada e a abertura de processo recomendada. Não quer falar em pena a ser aplicada. E acha, segundo amigos, que esse voto não precisará dar sequer em plenário. Sempre imaginando que a renúncia virá para encerrar a sua agonia.



O senador Carlos Wilson, relator do processo de cassação